

A PRESENÇA DA ESCRAVIDÃO EM MACHADO DE ASSIS¹

Eduardo F. Coutinho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Perplexa diante do fenômeno literário que foi a obra de Machado de Assis, a crítica criou a respeito dela e de seu autor uma série de estereótipos, como o de que Machado era um pessimista inabalável, misógino e alheio a seu tempo, indiferente às questões sociais que o cercavam, como a escravidão. Embora esses estereótipos tenham sido reavaliados pela crítica e muitos deles já tenham sido lançados por terra, alguns ainda persistem, se não mais, de modo sub-reptício. Tomando como eixo de nossa reflexão a questão da escravidão, ainda em vigor em sua época, buscamos desconstruir neste ensaio a acusação falaciosa de que Machado teria dado pouca atenção a essa instituição. Para isso tecemos uma discussão sobre textos em que o autor, com o humor corrosivo que lhe é próprio, mostra-se crítico à escravidão, posicionando-se, inclusive com veemência, contra a barbárie desta instituição.

Palavras-chave: Machado de Assis, escravidão, reavaliação da crítica

Abstract: Perplexed about the success of Machado de Assis, his critics developed a series of stereotypes about him and his works, such as that Machado was an indefatigable pessimist, a misogynous and an absentee as regards the social issues of his time like slavery. Although these stereotypes have been revalued by more recent critics and most of them have been abandoned, others still prevail in a subtle or disguised way. Taking the question of slavery as the core of our reflection in this text, we intend to deconstruct the fallacious accusation that Machado did not give enough importance to the horrors of that institution. For this purpose, we discuss texts in which the author, by making use of a ferine humor, expresses in an indirect way his criticism of slavery and positions himself clearly against the barbarity of such institution.

Keywords: Machado de Assis, slavery, critic's revaluation

¹ Um embrião deste texto, com o título de “A desconstrução de estereótipos na obra de Machado de Assis” foi publicado em BERNARDO, Gustavo et al., orgs. *Machado de Assis e a escravidão*. São Paulo: Annablume, 2010.

Um dos aspectos mais instigantes do discurso crítico – e estamos nos referindo mais especificamente à Crítica Literária – é a sua capacidade de constante renovação, de repensar-se sempre, permitindo a desconstrução de ideias que, ao encontrar forte aceitação em determinado momento, tende a consagrar-se como verdade, dando margem a preconceitos de toda sorte. É o que ocorreu, para ficarmos no contexto da América Latina com figuras como Borges que foi visto durante um longo tempo como alheio às questões políticas de sua época, e que teve sua obra revista posteriormente por *scholars* como Beatriz Sarlo, Daniel Balderston, Rodríguez Monegal e Davi Arrigucci, e mais recentemente o doutorando Nicolas Peixoto que, em sua tese de Doutorado, defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, neste ano de 2026, revelou a falácia desse argumento ao analisar minuciosamente os contos “El milagro secreto”, de *Ficciones*, e “Deutsches Requiem”, de *El Aleph*. É o que se passou também com o nosso Guimarães Rosa que, ao introduzir em seus livros expressivas inovações linguísticas numa época ainda dominada pela ficção conhecida como “engajada” dos anos de 1930, foi mal-visto por críticos ortodoxos que qualificaram sua obra de “excessivo formalismo” e o rotularam de experimentalista ou alienado. Foi preciso um crítico como Antonio Candido chamar atenção para o projeto do autor, ao mesmo tempo estético e político, para que, na sua esteira, a crítica abandonasse sua posição anterior e, mergulhando mais a fundo nos meandros da escrita rosiana, percebesse o que se achava em estado latente em seus textos. E foi assim também o que ocorreu com Machado de Assis que, por ter sido em sua obra pouco explícito com relação à escravidão em um século XIX marcado pelas lutas abolicionistas, foi fortemente criticado, chegando alguns estudiosos a tentar explicar seu suposto absenteísmo com uma preocupação do autor em querer esconder ou até mesmo negar suas origens mestiças.

Perplexa diante do fenômeno literário que foi a obra de Machado de Assis, um mulato de pouquíssimos recursos e praticamente autodidata, a crítica criou a respeito dela e de seu autor uma série de estereótipos, como o de que Machado era um pessimista inabalável, misógino e alheio a seu tempo, indiferente às questões sociais que o cercavam, em especial a escravidão. Embora esses estereótipos tenham sido reavaliados e muitos deles já tenham sido lançados por terra, alguns ainda persistem, se não mais de modo sub-reptício, e continuam incomodando críticos e leitores, como a ideia, absolutamente despropositada, de que o autor era um misógino, que enfocava a figura feminina por um viés bastante negativo, dando relevo a aspectos que a denegriam, ou a acusação, claramente injusta de que o escritor não dera a devida importância à questão da escravidão e sempre procurara esconder suas raízes negras e humildes. Tomando como eixo de nossa reflexão a questão da escravidão, ainda em vigor em sua época, buscaremos desconstruir neste ensaio, em consonância com alguns de seus críticos mais recentes, a acusação falaciosa de que Machado teria

dado pouca atenção a essa instituição. Para isso, teceremos uma discussão sobre textos em que o autor, com o humor corrosivo que lhe é próprio, mostra-se crítico à escravidão, posicionando-se inclusive com certa veemência, contra a barbárie da instituição.

Os textos em que Machado se mostra crítico à escravidão são em geral de dois tipos: as crônicas que escreveu durante décadas nos jornais de sua época e sua prosa de ficção, em especial seus contos, que constituem umas de suas mais notáveis expressões. Embora em ambos os casos a suposta alienação de Machado com relação à escravidão já tenha sido desmitificada por críticos como Roberto Schwarz em clássicos como *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*, e outros *scholars* como Magalhães Júnior e John Gledson, bem como pelo historiador Sidney Chalhoub, volta e meia ainda se encontram invectivas da crítica contra o fato de o autor de *Dom Casmurro* não ter protestado explicitamente contra a instituição e de ter produzido uma escrita altamente elaborada, que não era condizente com a sua condição humilde e de mestiço, chegando inclusive um crítico como Millôr Fernandes a afirmar que sua escrita era a de um branco (2005: 22). É verdade que Machado, ao contrário de muitos outros intelectuais seus contemporâneos não chegou a participar do movimento abolicionista nem produziu uma obra de protesto, como muitos dos autores do período realista e naturalista, mas os argumentos detratores usados pelos críticos não têm base de sustentação, primeiro por estabelecerem uma identificação, nem sempre justificável entre o homem e a obra, e segundo por apresentarem como requisito fundamental para uma avaliação positiva de sua obra o fato de ele produzir uma escrita que refletisse a sua condição de mestiço humilde.

A relação entre o homem e a obra constitui uma ampla discussão que vem desde tempos os mais remotos e que não pretendemos retomar neste momento. Diga-se, contudo, que, mesmo se levarmos em conta esta questão, o argumento dos críticos que veem Machado como indiferente à escravidão peca por falta de fundamentação. E bastaria lembrarmos o caso de Silvio Romero, um dos mais renomados críticos brasileiros do final do século XIX, que condenou Machado severamente entre outras coisas pela falta de cor local em seus trabalhos, dado que aliás vem ao encontro da postura do próprio escritor que, contestando a necessidade do emprego deste elemento em produções literárias, afirmou em seu ensaio *Instinto de nacionalidade*, hoje uma peça-chave para qualquer estudioso da literatura brasileira: “o que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e do seu país (1997)².” Reconhecendo a improcedência da observação de Romero, estendida a outros aspectos da obra machadiana – o estilo, o *humour* e os caracteres – que ironicamente mais tarde vieram a ser

² ASSIS, J.J. Machado de. “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade,” in *Obra completa*. 9ª ed. 3 vols. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

reconhecidos como algumas de suas maiores qualidades, Raimundo Magalhães Júnior reuniu em seu estudo biográfico *Vida e obra de Machado de Assis*, momentos em que o escritor se expressa criticamente em suas crônicas a respeito da escravidão. Entre outras referências, há uma passagem, no terceiro volume de sua obra em que o autor relata que três dias após a Abolição da Escravatura, a *Gazeta de Notícias* publicou uma nota sobre o discurso que Machado dirigira ao Conselheiro Rodrigo Silva, quando este referendou a lei Áurea, no Ministério da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas, citando o trecho final que diz: “Todos os vossos empregados, que eram já vossos amigos, [. . .] tornaram-se agradecidos pelo imorredouro padrão de glórias a que ligastes o vosso nome, referendando a lei que de uma vez para sempre declarou extinta a escravidão no Brasil (Magalhães Júnior, 1981: 125)”. E, em outra passagem do mesmo estudo, o biógrafo cita uma crônica, escrita por Machado para a seção “A Semana” do mesmo jornal, em que, após referir-se ao clima de euforia resultante da Abolição, o escritor comenta: “Sim, também eu saí à rua, eu, o mais encolhido dos caramujos, também entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem o favor, hóspede de um grande amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio (Ibidem, 1981: 125-26)”

Essa observação de Machado, que se define como “o mais encolhido dos caramujos”, veio a servir de mote a um ensaio mais recente, de Eduardo de Assis Duarte, sob o título “Estratégias de caramujo”, presente em seu livro *Machado de Assis afrodescendente*, em que defende a ideia de que o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, longe de silenciar a respeito da escravidão, se refere sempre e de modo crítico à instituição. O livro, resultante de minuciosa pesquisa, consiste numa antologia dos textos machadianos que abordam a questão, incluindo, além das crônicas de jornal e dos contos, a poesia, a crítica teatral e passagens dos romances de Machado que tratam direta ou indiretamente da escravidão. No ensaio que encerra o livro, o autor mostra como Machado, com a sua personalidade de caramujo, nunca opta pelo confronto aberto, mas, ao contrário, se vale “da ironia, do humor, da diversidade de vozes, e de outros artifícios para inscrever seu posicionamento (Duarte, 2007: 253).” É atuando sempre “de forma dissimulada, homeopática (Ibidem, 253),” que ele transmite o seu recado, e por esta razão foi mal-entendido, visto como alheio à mais grave questão social de sua época, e à qual, na condição de mestiço, não poderia deixar de se posicionar.

O argumento levantado por alguns críticos de que Machado não produziu uma escrita condizente com a sua condição de mestiço humilde, além de falhar pelo seu essencialismo – afinal, o que seria essa escrita própria de um mestiço humilde, nós poderíamos perguntar – é uma observação marcada por forte preconceito, que parte do pressuposto de que, como mestiço, e oriundo de uma camada desfavorecida da população, o autor não poderia expressar-se de forma culta, e até sofisticada, dotada de um *humour* que só seria cabível em autores como os ingleses

Dickens, Stern ou Fielding. Machado de Assis era mulato e tinha origens humildes, mas lutou e ascendeu na vida, tornando-se o maior escritor brasileiro do século XIX e um dos grandes da galeria universal; e é isto que não lhe podem perdoar os críticos e leitores que se escudam nesse raciocínio. É fácil admitir o sucesso de um negro ou mulato que se torna conhecido como sambista ou jogador de futebol, conforme afirma Maurício Gonçalves em sua dissertação de Mestrado, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2005, pois se trata de profissões condizentes com as camadas mais desfavorecidas da população, mas não a de um negro ou mulato que funda a Academia Brasileira de Letras e se torna, durante muitos anos, seu Presidente. O sambista ou jogador de futebol já entraram para o mundo estereotipado do exótico, mas não o escritor, o intelectual de primeira linha. É esse *pince-nez* de Machado, esse fraque com que ele se veste com frequência que incomoda aos incautos.

Mas os que acusam Machado de indiferença pelo problema da escravidão e sua abolição não se lembram de que as provas em contrário se encontram em sua própria obra. Esses críticos insistem em procurá-las fora do lugar, e se esquecem de que elas estão mais perto do que eles poderiam supor: na sua obra de cronista, de jornalista, em sua poesia, e, evidentemente na sua ficção, no universo amplo e contraditório de seus contos e romances. Exemplo disso, no caso do jornalismo, são as apreciações críticas feitas por Machado às peças *Mãe* e *Demônio familiar*, de José de Alencar, na ocasião de sua montagem. Ambas constituem libelos contra a escravidão e Machado não só se revela bastante entusiasmado com elas, como chega a afirmar, a respeito da primeira, que sua representação vale mais para inspirar ao povo o horror pela instituição do cativeiro do que qualquer discurso que se pudesse proferir no recinto do corpo legislativo. Nela, a escravidão aparece não só como tema principal, em contos como “Mariana”, “Virgínius”, “O espelho”, “O caso da vara” e “Pai contra mãe”, mas também de modo secundário, em passagens como a do escravo Prudêncio, no romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*. É em sua obra que vamos surpreender o regime da escravidão nos seus aspectos cotidianos, é nela que vamos encontrar, através de flagrantes inesquecíveis, o documentário menos convencional e mais vivo que a rotina da escravidão nos deixou.

E já que estamos falando da produção literária de Machado, antes de nos voltarmos para os seus contos, cabe-nos mencionar a poesia “13 de maio”, feita para constar de panfleto distribuído à população que ocupou as ruas do Rio de Janeiro no dia 20 de maio de 1888, em comemoração à promulgação da lei Áurea, e o poema-narrativo “Sabrina”, incluído em *Americanas*, que narra a história de uma mucama que, apaixonada pelo senhor-moço, entrega-se a ele e engravida. Porém mais tarde, ao vê-lo casado com uma jovem da cidade, tenta matar-se, mas a consciência da maternidade a leva a pensar e desistir do intento. O final é o esperado: o nascimento

de mais um bastardo a povoar com a sua presença o espaço da casa-grande e da senzala, mas, à diferença de outros relatos do autor, a mucama recebe no texto um tratamento que a dignifica. A despeito disso, no entanto, o texto revela a violência da escravidão e a crítica à dominação que aproxima e identifica os conceitos de raça e classe social. Mas vamos aos contos que escolhemos para comentar: “Mariana”, “O caso da vara” e “Pai contra mãe”.

O conto “Mariana”, escrito para o *Jornal das Famílias* ainda durante o período escravocrata, e posteriormente incluído na coletânea *Contos avulsos*, tem como eixo a paixão de uma escrava pelo sinhozinho, chamado Coutinho, e o episódio é relatado por este último a uma roda de amigos, muitos anos após o suicídio da primeira em consequência da situação. Mariana, a jovem mulata, era tratada, como diz o sinhozinho, pela família como “filha da casa”, mas não era forra, e nessa apresentação da protagonista já se observa a sutileza de Machado: Mariana recebia da senhora “os mesmos afagos que ela dispensava às outras filhas”, mas ela “não se sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasião de visitas (Assis, 1954: 24).” As regras do sistema escravocrata eram claras, mesmo nessa situação, e Mariana, ciente disso, “não abusava dos cuidados com que era tratada (Ibidem: 24).” Compreendia bem que, na situação em que se achava, só lhe restava pagar com muito reconhecimento a bondade de sua senhora (Ibidem: 24).” Coutinho, porém, fica noivo de uma prima e, quando seu casamento é marcado, Mariana cai numa tristeza profunda e acaba adoecendo de fato. Ao ver o desespero da família, Coutinho insta-lhe a viver, e Mariana se restabelece, mas em seguida foge, passando a ser tida como “íngrata”. Coutinho, ao ver o desespero de sua mãe, vai ao seu encalço, e, encontrando-a, ameaça levá-la a força e lhe pergunta se ela teria sido seduzida para fugir. Indignada, Mariana se declara, demonstrando ao mesmo tempo estar ciente da impossibilidade desse amor. Ela é lavada de volta para casa, mas sua permanência junto à família não dura muito. Dias depois, torna a fugir e, dessa vez, ao ser alcançada por Coutinho, suicida-se com um veneno. A senhora, que ficara revoltada com o seu procedimento, concede-lhe o perdão póstumo, mas a noiva do sinhozinho, sabendo do caso, rompe o noivado. Coutinho termina o seu relato com a observação de que Mariana fora a mulher que mais o amara em toda a vida, e o conto se encerra com um toque de humor, bem ao gosto de Machado: o episódio, ouvido com tristeza, fora logo esquecido pelo grupo que, pouco depois, caminhava pela rua do Ouvidor, examinando os pés das damas.

O conto, aparentemente simples, é, no fundo, um relato cruel, marcado com tintas amargas, que retratam, melhor do que qualquer defesa explícita do abolicionismo, os efeitos da escravidão no cotidiano da vida das famílias. Mariana era tratada como filha pela senhora, que de fato nutria afeto por ela, mas nem uma nem outra perdia de vista o abismo que as separava. A senhora a educava quase como às próprias filhas, mas nunca de modo igual, e a escrava lhe devia

reconhecimento, sob pena de ser punida por ingratidão. O sinhozinho podia abusar dela sexualmente, como chega a sugerir o tio de Coutinho num dado momento, mas não podia esposá-la, e ela podia entregar-se a ele, mas jamais envolvê-lo com seu amor. Ciente disso, Coutinho reage, quando sua irmã levanta a suspeita de que Mariana o estava amando, com o comentário: “Ela atrever-se-ia?”, e age na hora de capturá-la como alguém que recupera uma propriedade perdida. É a consciência desse abismo entre ela e o sinhozinho que leva Mariana ao gesto desesperado no final. Ela contentava-se com a sua compaixão, já que não poderia ter o seu amor, e chega a dizer-lhe: “a minha intenção era morrer na hora do seu casamento, a fim de que fôssemos ambos felizes, - nhonhô casando-se e eu morrendo (Ibidem: 55),” mas acaba opando pela morte quando se dá conta de que a barreira era absolutamente intransponível: seu amado empregara pouco antes a palavra “fugiste”, ainda que inconscientemente, chamando atenção para a sua condição irrevogável, e agora agia com a distância que a sociedade lhe impunha, alertando-lhe que convocaria os agentes policiais para forçá-la a retornar para casa. A atitude condescendente da família de tratá-la como filha é aqui denunciada por Machado por encobrir o mal da escravidão. A família a queria realmente, mas apenas enquanto ela conhecesse o seu lugar e agisse com a devida distância. À escrava era vedado sonhar ou esquecer por um instante a sua posição de submissão.

“O caso da vara” (Assis, 1954) traz à tona um assunto que constitui uma das marcas da sociedade brasileira e é amplamente estudado por nossos sociólogos e antropólogos – a questão do compadrio -, ou, melhor, da interferência da vida privada na esfera pública, que Sérgio Buarque de Holanda tão bem qualificou ao atribuir ao brasileiro a condição de “homem cordial”. No conto, o protagonista, um rapaz que fora levado a contragosto pelo padrinho, a pedido do pai, para um seminário a fim de tornar-se padre, foge por não aceitar a carreira que lhe estava sendo imposta. E não tendo para onde ir ao deixar a instituição, dirige-se para a casa de uma senhora, amante do padrinho, na esperança de que ela, usando das vantagens de sua relação com este, conseguisse liberá-lo da decisão do pai. A senhora, sensibilizada com as súplicas do rapaz, que chega a dizer-lhe que retornar ao seminário seria a sua morte, exige do padrinho que interferisse junto ao pai, e o primeiro acaba concedendo-lhe o favor, mesmo ciente da dificuldade da tarefa. No entretanto, contudo, a senhora, que tinha um grupo de moças às quais ensinava a bordar almofadas e uma mucama que trabalhava com elas, aborreceu-se com esta, que tinha atrasado o bordado por haver-se distraído, e decidiu castigá-la batendo-lhe com uma vara e pediu ao rapaz que lhe entregasse o instrumento do castigo. Este, por sua vez, que também se deixara sensibilizar pelo desespero da escrava, a quem, numa ameaça anterior de castigo quando ela se distraía com sua conversa com a senhora, havia prometido ajudá-la interferindo em seu favor, hesitou em entregar-lhe a vara, mas

lembrando-se do benefício que estava recebendo e receoso de que a senhora lhe negasse o apoio em represália, entregou-lhe a vara.

O conto, também aparentemente simples como o anterior, encerra no fundo uma crítica contundente à escravidão, na medida em que aborda a questão como algo natural e o castigo físico como prática corrente, inserta no cotidiano da vida da população. A senhora tinha uma mucama que lhe devia obediência a todo custo, e a quem explorava sem piedade, punindo-a sempre que não cumprisse com rigor as suas ordens. E a punição era concebida como algo tão normal, que em momento algum se chega a questionar sequer o seu rigor, que é empregado sem nenhum critério para os atos mais banais. A menina tinha apenas onze anos e é apresentada como bastante frágil, mas nada disso contava na avaliação da senhora, e já trazia possíveis marcas de castigos anteriores, como uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda, sem falar numa tosse que poderia sugerir alguma doença de certa gravidade. O rapaz apieda-se da mucama e chega a prometer-lhe ajuda evitando o castigo, mas acaba sucumbindo ao seu interesse, e revelando, com isso, a estrutura de toda uma sociedade calcada profundamente na injustiça social, elevada ao extremo pela violência da escravidão. E a tudo isso some-se, no episódio em questão, outra prática que pode amortecer ou agravar violências de todo tipo – o uso do favor – pela possibilidade de burlar instâncias de poder que pudessem atenuar o quadro dominante.

“Pai contra mãe” é um conto mais tardio, o primeiro da coletânea *Relíquias da casa velha*, de 1906. Nessa obra, condensada, enxuta, e marcada por um tom intencionalmente trágico, Machado constrói talvez o seu maior libelo contra a escravidão, colocando frente a frente um pai e uma mãe que lutam ardentemente pela sobrevivência de seus filhos. Essa luta, porém, em que se envolvem ambos, é absolutamente desigual: o primeiro é um capitão do mato, instrumento da instituição reinante, que vivia no encalço de escravos fugidos para capturá-los e devolvê-los ao seu senhor em troca da recompensa, e a segunda uma escravizada, que queria ver o filho, ainda no ventre, liberto. Cândido Neves, indivíduo sem posses e pouco dado ao trabalho estável, se havia entregado à tarefa de capitão do mato, mas o ofício não estava rendendo e sua situação era grave. Acabara de tornar-se pai de um menino por logo tempo desejado, e, como não tinha como alimentá-lo, o estava levando, com grande sofrimento, para a Roda dos enjeitados. No caminho, contudo, se depara com uma escrava fugida, cujo dono estava oferecendo sólida recompensa. Cândido Neves vai ao seu encalço e a aprisiona. A escrava reage e declara-se grávida. O capitão do mato a arrasta à força até a casa do senhor, e ela acaba abortando. Cândido, de posse da recompensa, retorna a sua casa, e, beijando o filho e abençoando o episódio, afirma cinicamente: “Nem todas as crianças vingam (Assis, in Bósi, 1982: 205).”

Nesse conto, a escravidão é focalizada a partir de uma de suas decorrências, a profissão de capitão do mato, que confere à instituição um ar ainda mais repulsivo. Os escravos fugiam cada vez com mais frequência, dada a situação em que viviam, e isso era visto como um atentado à economia dos senhores. Nada mais legítimo, portanto, de acordo com essa visão, do que aprisioná-los e devolvê-los aos seus senhores, que recompensavam esses aventureiros com somas por vezes gordas. E o *humour* de Machado é ferino e contundente ao apresentar a questão: “Ora, pegar escravos fugidos era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras (Ibidem: 200).” Mais uma vez temos a escravidão justificando todo tipo de abuso, e Machado, em vez de clamar diretamente contra ela, invoca a sensibilidade do leitor ao relatar, num vivo lance de ironia, mais um episódio do cotidiano daquele universo brutal, em que prevalece sempre a lei do mais forte, a lei de Humanitas. E põe frente a frente um pai e uma mãe em situação limite. As cenas finais são de extrema violência: a escrava cai no corredor, depois de arrastada, e, enquanto o senhor paga o que prometera a Cândido, ela aborta, e seu filho entra sem vida neste mundo “entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono (Ibidem: 205),” que perdeu o rendimento da cria. A ironia final é o ponto máximo de sua crítica, e retoma, pelo tom cínico com que o protagonista expressa o seu egoísmo, o início da narrativa que, não à toa, começa com a descrição dos ofícios e aparelhos que a escravidão levou consigo.

O *humour* de Machado é a grande arma com que ele efetua a sua denúncia, e é ele que está presente, com força total, na cena famosa de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, em que o ex-escravizado do protagonista, agora forro, fustiga violentamente um seu irmão de raça que agora lhe serve como escravo. Pela boca do personagem, o romancista reconhece que o episódio era torvo, mas corrige-se logo, ironicamente, para dizer que o era só exteriormente: “era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, transmitindo-as a outro”. E continua: “Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, agora é que ele se desbancava, ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera (Assis, 1992).” É a cadeia de males que se instala pelo egoísmo humano, mas que não surge do vazio. Ao contrário, está ligada às condições sociais que a favorecem. A humildade com que Prudêncio se deixava surrar confundia-se com sua própria condição de escravizado e era uma consequência das leis então vigentes. E quando, depois da alforria, ele buscava indenizar-se no lombo de outro escravo, agia, conforme afirma Moisés Velinho, “em nome de uma necessidade obscura, vinda do fundo de uma alma outrora maltratada (1960: 53).” Não há dúvida de que a crítica de Machado incide sobre o homem em geral, mas o que fica também evidente é que este não pode ser dissociado do contexto histórico-social em que

se encontra. Assim, na base da revolta de Prudêncio reside a crítica ferina que o autor dirige à escravidão.

Memórias póstumas de Brás Cubas é um marco na carreira literária de Machado, e isso se deve, em grande parte, ao uso que o autor faz do *humour*, que a partir desse momento vem a tornar-se uma das pedras de toque de seu universo ficcional. O romance, narrado por um “defunto autor”, o próprio Brás Cubas, relata as peripécias deste pelo mundo dos vivos, e o que poderia ser o interesse do livro, a velha intriga do triângulo amoroso, cede aqui lugar às divagações e à *flânerie* do protagonista. As idas e vindas da narrativa, os cortes abruptos criam um ambiente intencionalmente caótico, em que Machado é o verdadeiro dono do relato, e os capítulos, aparentemente descosidos, apresentam uma lógica própria, calcada exatamente no *humour*. É este *humour* que confere sentido às questões tratadas, é ele que dá o tom de toda a obra. E é isso que não foi compreendido pelos críticos que negaram a Machado um comprometimento, máxime em relação à causa da escravidão. Dizer, como fez aquele último, que Machado escreveu como se fosse branco é não reconhecer o papel corrosivo do seu riso melancólico, ou, o que é pior, não aceitar a finura de seu traço, a sua delicadeza e urbanidade, ou, como afirma Maurício Gonçalves em seu estudo sobre o autor, a sua condição de negro e *gentleman*. Se Machado fosse um *gauche* na vida, tudo estaria em seu lugar, mas um “negro bem-posto” pode, para alguns críticos, ser duro de aceitar.

Nos textos de Machado de Assis comentados neste ensaio, a crítica que ele tece à escravidão é feita de maneira explícita, embora sem o tom panfletário característico do discurso padrão abolicionista que seria seguramente oposto ao projeto narrativo que ele desenvolveu em sua carreira. No entanto, cabe observar que esta crítica se acha frequentemente em estreita harmonia com outro aspecto, presente sempre também em sua obra, que vem complementar o paradigma racial – a questão da discriminação de formas da cultura popular provenientes não só dos afrodescendentes como de todos os grupos ou estratos sociais considerados inferiores em sua época, como o samba, a polaca, o machete, a capoeira e outras formas de expressão. Leituras sobre a questão têm sido feitas mais recentemente, como a de Selma Vidal em seu *Quase brancos, quase pretos: representação étnico-racial no conto machadiano*, em que analisa o papel da cultura popular em dez contos de Machado, revelando a presença de uma consciência étnica que levou o escritor a criticar o preconceito das classes média e alta da sociedade brasileira a respeito da cultura popular; e a de Maílde Jerônimo Trípoli, em *Imagens, máscaras e mitos: o negro na obra de Machado de Assis*. Cite-se ainda o livro de Lília Moritz Schwarcz, intitulado *Imagens da negritude: a presença na ausência* que, embora não seja especificamente sobre Machado, ao desvendar a capa de invisibilidade que caracteriza a branquitude, lançou importantes luzes para uma leitura mais perceptiva de sua obra, em

conformidade com a tese defendida neste ensaio de que Machado não fora jamais absenteísta com relação à instituição da escravidão.

Eduardo de Faria Coutinho (Eduardo F. Coutinho) (PhD U.C.Berkeley) Professor Emeritus of Comparative Literature (Federal Univ. of Rio de Janeiro) and Distinguished Visiting Professor (Univ. of Illinois). Founding member and Ex-President of the Brazilian Comparative Literature Association and Ex-Vice-President of the ICLA. His books include *The Synthesis Novel in Latin America*, *Em busca da Terceira margem*, *Literatura Comparada na América Latina*, *Literatura Comparada: reflexões*, *Brazilian Literature as World Literature* (ed.) and *Diálogos interculturais: ensaios de comparatismo latino-americano*.

Obras Citadas

- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Mariana*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.
- _____. *Obra completa*. 3 vols. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.
- _____. “Pai contra mãe”. In: BOSI, Alfredo et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.
- CHALOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DUARTE, Eduardo de Assis, org. *Machado de Assis afro-descendente – escritos de caramujo*. 2ª ed. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/Crisálida, 2007.
- FERNANDES, Millôr. In: *Revista Entrelivros*, [São Paulo], no. 5 (2005).
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GONÇALVES, Maurício Pucu. *Intruso por admissão. Machado de Assis e a cultura negra*. Dissertação de Mestrado, UFRJ: Mimeo.
- MAGALHÃES JR., Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Vol. 3.
- ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. Vol. 5. [1ª ed. 1888].
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *Imagens da branquitude. A presença da ausência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- VELHINHO, Moisés. *Machado de Assis. Histórias mal contadas e outros assuntos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.
- VITAL, Selma. *Quase brancos, quase pretos. Representação étnico-racial no conto machadiano*. São Paulo: Intermeios, 2012.